

HABEAS CORPUS Nº 492.827 - MG (2019/0039140-4)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : TALLES VINICIUS NUNES SILVA E OUTRO
ADVOGADOS : JASON VIDAL - MG066163
TALLES VINICIUS NUNES SILVA - MG167118
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : MARCEL JONAS DUARTE (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Marcel Jonas Duarte** - cumprindo pena privativa de liberdade em regime fechado -, em que se alega constrangimento ilegal por parte do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que denegou a ordem ali impetrada (*Habeas Corpus* n. 1.0000.18.143628-8), mantendo decisão do Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal, do Júri e de Execuções Criminais da comarca de Itaúna/MG, que indeferiu pedidos de progressão de regime e livramento condicional formulados pela defesa (Execução Penal n. 0044342-30.2014.8.13.0338).

Alegam os impetrantes, em síntese, que, *conforme se verifica nos documentos anexos, o reeducando já adquiriu tanto o direito de progredir de regime, quanto o direito ao livramento condicional* (fl. 5).

Postulam, então, a concessão liminar da ordem para que seja concedido o livramento condicional ao paciente, com data retroativa de 18/6/2018.

É o relatório.

A liminar merece parcial concessão.

Da análise dos autos, verifica-se que, em relação ao pleito de progressão de regime prisional, o Magistrado singular consignou (fl. 70):

Com efeito, verifica-se que, de sua pena de oito anos e oito meses de reclusão, o sentenciado cumpriu, até a data da falta grave praticada em 23/11/17, que ensejou na regressão de seu regime prisional, reconhecida

como marco para a obtenção de benefícios futuros, cinco anos, um mês e vinte e nove dias de prisão, já acrescidos dos dias remidos no citado prazo (199 dias), restando a cumprir, naquela ocasião, três anos, seis meses e um dia.

Da pena restante (03 anos, 06 meses e 01 dia), cumpriu ele, a partir da mencionada data, até hoje, um ano e vinte e nove dias, que equivalem a menos de 2/5 dela (01 ano, 04 meses e 24 dias), não preenchendo, assim, o requisito objetivo exigido para o benefício, a teor do art. 2º, § 2º, da Lei 8.072/90, já que se trata de condenado primário e de crime hediondo.

Da análise dos trechos transcritos, vejo que laborou bem o Juízo de primeiro grau, de modo que o paciente alcançará o lapso necessário para a progressão de regime apenas em 15/4/2019, donde se infere a inexistência do alegado constrangimento.

Já no tocante ao livramento condicional, o Magistrado de piso aduziu (fl. 70):

Deixo de instaurar, por ora, o incidente para eventual concessão do livramento condicional, eis que, se encontrando o sentenciado em regime fechado, necessário se faz, primeiramente, o contato com o meio livre, para uma melhor análise do requisito subjetivo necessário, seja através de saídas temporárias, seja através do trabalho externo, benefícios que poderão ser concedidos após o ingresso do sentenciado nas dependências do regime semiaberto.

Ora, consta dos autos que o paciente já permaneceu em regime semiaberto, obteve direito à saída temporária e trabalho externo, de modo que tal fundamentação não condiz com a real situação do apenado.

Em face do exposto, **defiro parcialmente** o pedido liminar, apenas para determinar que o Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal, do Júri e de Execuções Criminais da comarca de Itaúna/MG instaure o pertinente incidente para a concessão de livramento condicional em favor do paciente.

Comunique-se com urgência.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, inclusive sobre o cumprimento da liminar deferida no presente *writ*.

Após, ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

